

O HIV/SIDA e o financiamento à Saúde

29 Novembro 2016, Ben Alcir Saísse



O HIV/SIDA tem um impacto negativo sobre a economia, pois afecta a mão-de-obra que deve manejar a tecnologia e imitar os avanços feitos nos outros países. Esta pandemia limita as capacidades dos seres humanos, contribuindo para o aumento da pobreza, uma vez que a pessoa infectada reduz as horas de trabalho, pelo que deixa de ser competitiva e se torna pouco produtiva porque pede licenças constantes para ir ao hospital.

Do ponto de vista empresarial, a empresa vê-se obrigada a aumentar os seus custos de contratação e formação, bem como os resultantes da paralisação do processo produtivo, o que reduz a competitividade da empresa no país e além-fronteiras.

Do ponto de vista da economia como um todo, o crescimento económico reduz como consequência da redução da performance das empresas. Por essa razão, a cura da SIDA tem sido

um dos principais objectivos científicos de todas as comunidades científicas em todo o mundo, estando inclusive a surgir vários trabalhos em diferentes áreas do saber.

A SIDA é causada pelo Vírus de Imunodeficiência Adquirida (HIV), que penetra no nosso organismo através de relações sexuais; contacto com sangue infectado; de mãe para filho, durante a gravidez ou no parto, e pela amamentação ou através de outros objectos cortantes. O vírus ataca o sistema imunológico, destruindo as células defensoras do organismo e deixando a pessoa infectada mais fraca e sensível a doenças oportunistas. E ainda não tem cura, pelo que se torna premente a implementação de políticas que conduzam a zero infecções.

As Contas Nacionais de Saúde de 2012 mostram que esta área consome cerca de 32.1% dos recursos. Apesar disso, esta não é a doença que mais mata no país, estando em primeiro lugar a malária e a tuberculose. O HIV aparece em terceiro lugar.

As causas da doença são comportamentais, pois ela não se contrai pelo ar, por exemplo. Basta que as pessoas se previnam durante as relações sexuais; que haja cuidado no manuseio do sangue; que as mulheres grávidas sigam a medicação para que a doença não seja transmissível para o bebé. Cuidados são necessários para que os outros actores que manuseiam objectos cortantes, tais como os curandeiros, os barbeiros e outros, tenham um comportamento que evite a transmissão. Portanto, depende do comportamento humano para a evitar a doença.

Com mais treinamento, os médicos são capazes de ter mais cuidado com o sangue e com a transmissão de mãe para filho. Os barbeiros e os curandeiros são também capazes de ter mais cuidado. Faltará os agentes económicos terem comportamento menos promíscuo nas relações sexuais para evitar a contaminação.

Quem for mal-comportado deverá pagar pelos seus erros. O Estado tem estado a gastar muito dinheiro com campanhas publicitárias apelando a comportamentos responsáveis, mas a seroprevalência no país não tem estado a diminuir. Durante estes anos todos, mesmo com a multiplicidade de programas e organizações não-governamentais (ONG) que actuam na área, ainda não atingimos zero infecções.

Portanto, as campanhas não têm sido eficazes. Este é o momento de pensar em mudar de abordagem. E nem vale a pena continuar com o argumento da discriminação.

Na minha opinião, o teste deve deixar de ser secreto. De resto, com o número de infectados nos hospitais aquando da requisição de medicamentos, não parece que ainda seja necessário esconder alguma coisa.

Quando surge uma peste, colocam-se as pessoas de quarentena, isolando essas pessoas para evitar mais infecções. No contexto actual é impossível, mas é possível marcar as pessoas infectadas para que as pessoas saudáveis saibam quem está infectado e se previnam ou conscientemente se envolvam, sendo uma atitude livre. O facto é que quando não se sabe do estado, ainda fica aquela dúvida, mas, com a certeza, a decisão de se infectar é livre.

Nesse caso, o Estado passaria a incidir a sua actuação no fornecimento de material de prevenção, tal como preservativos e outros, no treinamento do pessoal para a prevenção e para a cura. As campanhas de prevenção serão mais eficazes se incluirmos capítulos inteiros sobre HIV em todos os níveis académicos. A ideia não é fazer apenas um capítulo separado, mas também fazer exercícios de Matemática, de Biologia por exemplo, sobre a matéria.

Nos mercados, nas reuniões com os vendedores, as lideranças nos mercados poderiam difundir essas mensagens. Idem as equipas de futebol, por exemplo.

O professor é uma figura que exerce uma influência significativa sobre os estudantes e pode fazer passar facilmente as mensagens que apelam para a mudança de comportamento. As igrejas também podem passar as mensagens para um grande número de pessoas. Os líderes comunitários também podem ser usados para o efeito. Nas empresas, podemos passar a seleccionar quem é seronegativo para as promoções. Os estudantes admitidos ao ensino superior, quando seronegativos, teriam redução nas propinas, que seria interrompida quando o estado mudasse.

Outras medidas que premeiem os seronegativos podem ser tomadas com um pouco mais de imaginação. Assim, tenho a certeza de que a mudança de comportamento vai acontecer. Assim teríamos zero meticais para pagamento de propaganda na rádio e na TV. Assim, teríamos dinheiro ao longo do tempo para investir em formação bruta de capital para passar a produzir a maior parte do tratamento aqui dentro e com pessoas mais qualificadas.

Esta é uma solução que pode ser genuinamente moçambicana. Eu ouvi falar do famoso Plano Marshal, por exemplo, e aqui em Moçambique este pode ser incorporado num projecto que garanta a redução de custos e que seja também eficaz.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/opiniao/62917-o-hiv-sida-e-o-financiamento-a-saude.html>